

A CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA O ATLETISMO EM PORTUGAL

**Análise histórica, situação actual,
propostas para o futuro**

Contributo apresentado no âmbito do Congresso do Desporto

Tema: Equipamentos Desportivos e o Território

Luís Leite

Federação Portuguesa de Atletismo

Dezembro de 2005

A CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA O ATLETISMO EM PORTUGAL

- 1- Objecto**
- 2- O processo histórico de construção de instalações para o atletismo em Portugal**
- 3- Promoção, propriedade e responsabilidade da construção, apetrechamento e manutenção das instalações em Portugal**
- 4- Projecto, construção e fiscalização**
- 5- O papel da FPA**
- 6- Dados estatísticos em Dezembro de 2005**
- 7- Conclusões**
- 8- Propostas**

1 - Objecto

O trabalho que agora se apresenta, no âmbito e como contributo da FPA para o Congresso do Desporto, tem por objectivo fazer uma análise crítica da situação relativa à construção de instalações para o atletismo em Portugal, numa abordagem contextualizada da respectiva evolução até ao momento actual, que se procura caracterizar.

2 – O processo de construção de instalações para o atletismo em Portugal

A construção das primeiras instalações para o atletismo em Portugal remonta aos anos 20 do século passado, quando foram criadas as primeiras pistas permanentes em torno de campos de futebol em Lisboa (Salésias e Lumiar) e no Porto (Lima). Até então, todas as raras competições promovidas realizavam-se em locais adaptados esporádica e temporariamente dentro de velódromos ou campos de “foot-ball”.

A situação pouco ou nada se altera ao longo dos anos 30, sendo feitos, apenas e progressivamente, alguns melhoramentos nas pistas já existentes.

Nos anos 40, a construção do Estádio Nacional, com a sua pista de cinza, é muito importante, uma vez que passa a constituir uma referência base para os novos estádios dos principais clubes que foram sendo construídos ao longo da década de 50 (Estádio José de Alvalade, Estádio do Restelo, Estádio das Antas e Estádio Municipal de Braga, etc.) e que, com excepção do Estádio da Luz, do Sport Lisboa e Benfica, que manteve a sua pista no Campo Grande, incluíam pista de atletismo em cinza já com 400m de perímetro, mais ou menos copiadas daquela que tinha sido construída no Estádio Nacional e ainda mais duas pistas, em Luanda e Lourenço Marques.

Ao longo dos anos 60 aparecem os Estádios Universitários de Lisboa, Porto e Coimbra, com pistas de atletismo inexplicavelmente com 500m de perímetro, quando na altura essa medida já tinha sido abandonada há muito tempo. Aparecem também as pistas dos Estádios da FNAT em Lisboa e Porto, que foram muito utilizadas.

Nas décadas de 60 e 70 continuaram a ser construídas, por iniciativa da Direcção Geral dos Desportos, um número razoável de pistas de cinza (a maioria) ou pó de tijolo com 400m, em algumas das capitais de distrito. Em 1972, com um atraso de quatro anos face aos Estados Unidos e a quase todos os países europeus, incluindo a Espanha, é inaugurada a primeira pista com piso sintético em Portugal, no Estádio Nacional, Cruz-Quebrada, Oeiras, com oito corredores a toda a volta e que utilizava um aglomerado de grânulos de borracha colocado a quente, de patente americana (referência Tartan, da marca 3M Minnesota). Em 1973/1974 é construída a segunda pista sintética em Lisboa, num terreno anexo ao Estádio da Luz, oferta ao SLB de um seu associado, também com oito corredores e utilizando material idêntico. A terceira pista sintética foi construída apenas em 1978/1979 e também em Lisboa, no Estádio do Sporting Clube de Portugal. Nos anos 80, inexplicavelmente e apesar da incompatibilidade dos sapatos de bicos existentes no mercado, continuavam a ser construídas pistas de cinza em todo o país, quando toda a Europa já tinha abandonado esse tipo de pavimento desde o fim dos anos sessenta.

A partir do final da década de 80, iniciou-se um processo de construção massiva e mais ou menos desordenada de “pistas”, que se tem mantido até hoje.

Vejam os a evolução quantitativa da construção de instalações para a prática do atletismo em Portugal, desde a década de 70 até Dezembro de 2005 (excluem-se as pistas de cinza):

Anos	Pistas com 400m	Pistas cobertas	Áreas especiais e Pistas simpl.	Total
1970-1979	1 (3-2 a))	-	-	1
1980-1989	3	1	1	5
1990-1999	28	2 b)	4	34
2000-2005	35	1 c)	7	43
Total	67	4	12	83

- a) Foram extintas as pistas do SLB e do SCP;
- b) Uma delas só com o interior;
- c) Só com o interior.

3 – Promoção, propriedade e responsabilidade da construção, apetrechamento e manutenção das instalações em Portugal

Desde o início dos anos 70 até à entrada do nosso país na Europa comunitária (1986), o número de instalações construídas com características adequadas à época foi muito reduzido (3), sendo que duas delas foram iniciativas tomadas antes da implantação da democracia (EN e SLB) e a outra de um clube (SCP). A falta de recursos financeiros do Estado durante as décadas de 70 e 80 e a necessidade de dar cumprimento a outras prioridades políticas estarão na origem desta situação.

Com a entrada na Comunidade Económica Europeia, mais tarde União Europeia, os Quadros Comunitários de Apoio possibilitaram que os sucessivos Governos da República, através sobretudo do financiamento significativo de candidaturas das Câmaras Municipais e dos Governos Regionais, fomentassem a construção de uma quantidade muito significativa e crescente de instalações para o atletismo em quase todo o país. No entanto, durante toda a década de 80, só foram construídas mais 3 pistas de 400m e a primeira pista coberta (desmontável) do país, com grande atraso em relação a toda a Europa.

A análise actual dos processos das instalações entretanto construídas, durante as fases de intenção, projecto e construção, é reveladora de que, subjacente às tomadas de decisão de construção de “pistas”, não existiu uma **estratégia de desenvolvimento** da modalidade, antes prevalecendo outros interesses e critérios mais ou menos **“decorativos”**.

Só a partir do início da década de 90 a Federação Portuguesa de Atletismo foi aos poucos conseguindo ter alguma influência no que respeita aos processos de intenção e de decisão relativos a esta matéria, através de uma longa e persistente caminhada do seu presidente, o qual tem procurado sensibilizar, com a cooperação das Associações Distritais, os centros de decisão política nacional, regional ou local, para a necessidade de coordenar e dimensionar de forma adequada essas iniciativas, articulando-as com o fomento da prática desportiva a nível local.

A análise realista **da localização e dimensionamento** do parque desportivo atlético construído nos últimos quinze anos mostra-nos, como veremos mais adiante, que da parte do Estado nunca houve uma preocupação séria quanto a estas questões. Apesar de o documento “Política Nacional de Desenvolvimento Desportivo – Desporto Século XXI” (Sec. Estado do Desporto, ed. do Centro de Estudos e Formação Desportiva) revelar um impressionante défice de pistas de atletismo face ao índice de referência (UNESCO e Conselho da Europa) e defender “opções estratégicas” que preconizam, entre outras “linhas de actuação”, a “criação de uma rede nacional de equipamentos desportivos”, nunca se sentiu por parte da Administração Pública Desportiva a existência de uma lógica de apoio financeiro coerente com uma ocupação harmoniosa do território, ou uma promoção de **tipologias adequadas** ao estádio de desenvolvimento regional e local.

Quanto à **manutenção** das instalações existentes, pode afirmar-se que salvo raríssimas excepções, as preocupações com a manutenção das instalações nunca ou raramente existiram, centrando-se exclusivamente no tratamento e rega dos relvados de futebol. Um dos grandes problemas com que actualmente nos defrontamos é o da desresponsabilização dos proprietários pela manutenção das instalações e a sua rápida deterioração.

Também quanto ao **apetrechamento**, é de lamentar que bastantes instalações, após serem construídas, pura e simplesmente não sejam apetrechadas ou sejam-no de forma muito insuficiente, sem que a Administração Pública Desportiva nada faça para pôr termo a este paradoxo.

4 – Projecto, construção e fiscalização

À cópia pura e simples de projectos existentes em Espanha, da responsabilidade das respectivas empresas construtoras, que no final emitiam certificados próprios de validade ou homologação (anos 70 e 80), sem que houvesse algum acompanhamento ou fiscalização, durante ou no final das respectivas obras, passou-se, nos anos 90 e seguintes para a encomenda directa do projecto, por parte dos promotores em geral, a gabinetes de arquitectura e engenharia.

A análise dos projectos a que a FPA teve acesso, quando comparada com as exigências inscritas no “IAAF Track and Field Facilities Manual” (edições de 1995 e 2003) é reveladora de uma assustadora **falta de qualidade dos projectos**, tanto pela insuficiência de elementos para obra como pelos erros, muitas vezes gravíssimos, causados por falta de conhecimento específico dos projectistas, confrontados com a insuficiente e desactualizada documentação proporcionada pelo IND/IDP.

Acresce a **inexistência de fiscalização** por parte das instituições promotoras, públicas (a maioria) ou privadas, ao contrário do que acontece normalmente com todas as obras do Estado, dada a falta de sensibilidade e conhecimento específico (não assumidos) sobre a matéria, dos seus responsáveis. Felizmente, na grande maioria dos casos, as empresas de construção a que foram adjudicadas as obras associam-se a multinacionais especializadas no ramo, as quais normalmente acabam por abandonar os projectos originais, aplicando os seus próprios modelos, limitando assim muitos erros estruturais. Mas tal só é possível dada a inexistência de fiscalização da conformidade projecto/obra.

No que respeita à avaliação dos projectos pelos organismos do Estado que tutelam e aprovam iniciativas e financiamentos (IND/IDP e QCA) existe uma **falta de capacidade instalada no domínio do conhecimento específico da modalidade**,

tanto a nível central como regional. A intervenção destes organismos estatais materializa-se em pareceres vazios de conhecimento e na aprovação pura e simples ou na imposição de exigências sem sentido, como a obrigatoriedade de balneários para os juizes ou da colocação de **relvados sintéticos** (!), que desconhecem serem incompatíveis com o atletismo...

5 – O papel da FPA

Como já foi afirmado anteriormente, ao longo da História do Atletismo em Portugal o papel da FPA relativamente à construção das “pistas” limitava-se às funções específicas no quadro do ajuizamento, procurando dar cumprimento à regulamentação em vigor em cada época.

A partir de 1995 e com a publicação do Manual da IAAF, passou a incumbir às Federações a homologação das instalações para a realização de competições oficiais. Nesse sentido, o Secretário-Geral da FPA determinou que dois dos juizes mais habilitados fizessem formação específica nesta área, tendo-se iniciado então os trabalhos de vistoria apenas das novas instalações, dando lugar a relatórios pormenorizados, com o conhecimento e colaboração das Associações Distritais e, como é óbvio, a pedido dos proprietários das mesmas.

Em 2002, confrontado com o crescente número de novos processos de intenção, projecto e construção, o Presidente da FPA conseguiu, com a anuência do Presidente do IND/IDP a requisição do autor deste trabalho, para poder proporcionar aos promotores um serviço especializado de apoio técnico, tendo em vista conseguir condições que permitam a posterior homologação, o qual tem vindo a ser implementado, sem interrupção, desde Setembro de 2002.

Desde então, a FPA produziu diversos documentos técnicos, os quais têm vindo a ser entregues aos promotores interessados em construir instalações mais adequadas aos seus objectivos.

Além disso, a FPA disponibiliza, no seu “site” toda a informação actualizada sobre as tipologias e características das instalações em todo o território nacional e regulamentação em vigor.

Não pode, no entanto ser esquecido o contributo dado pela FPA no âmbito da “**Comissão Desporto Século XXI**”, procurando sensibilizar a Administração Pública para as opções que considerava mais adequadas. Nesse trabalho (1998), a Comissão revelava que a “**área construída**” de pistas de atletismo, face à “**área índice de referência**” (Conselho da Europa e UNESCO) era de apenas de **2,0%** (!)... Nesse mesmo contexto, estimava-se o “custo do investimento em infra-estruturas desportivas a realizar de 1999 a 2006” no seguinte quadro:

	Custo (contos)
Grandes Jogos	12.500.000
Pistas de Atletismo	16.270.000
Pequenos Jogos	10.250.000
Pavilhões e Salas	12.500.000
Piscinas	15.250.000
Desportos Motorizados	7.350.000
Vela	1.280.000
Ciclismo	3.105.500
Remo e Canoagem	1.500.000
Soma	80.005.500

Seria interessante confrontar os valores estimados com as verbas efectivamente dispendidas...

6 - Dados estatísticos referentes a Dezembro de 2005

	Em intenção	Em projecto	Em Construção	Homologadas	Não homolog.	Não vistoriadas	Total constr.
Ar livre							
8 corredores	2	14	3	22 (61,1%)	4	10	36
6 corredores	5	8	3	11 (50%)	3	8	22
4 corredores	3	5	0	- (0%)	3	3	6
2 corredores	-	-	-	-	-	1	1
Nº corred. desconhec.	10	1	-	-	-	-	-
Simplificadas	2	4	1	- (0%)	-	3	3
Áreas Lançam.	1	-	-	3 (33,3%)	3	3	9
Pistas Cobertas							
6 corredores	-	-	-	1 (100%)	-	-	1
4 corredores	-	-	-	1 (100%)	-	-	1
Só interior	1	-	-	1 (50%)	-	1	2
Totais	24	32	7	39 (48,1%)	13	29	81 63

Outros dados estatísticos:

Se não considerarmos as antigas pistas de cinza, **178** concelhos, num total de **308**, **não têm uma única instalação, nem sequer qualquer intenção ou projecto (63,3% do total)**;

Apenas **65** concelhos, num universo de **308**, possuem **ao menos uma instalação** para a prática do atletismo, seja qual for a tipologia (excluem-se as pistas de cinza) (**21,1% do total**).

7 – Conclusões

A construção de instalações para a prática do atletismo em Portugal raramente foi considerada pelas entidades responsáveis de forma séria e cuidada. Em todas as épocas da evolução do atletismo português, o “aparecimento” das “pistas” e a maior ou menor qualidade e rigor técnico na sua concepção e projecto foram resultado de “impulsos” e conjunturas de momento, com motivações das mais diversas, sem que, em termos práticos, os sucessivos governos da República tenham conseguido impor uma estratégia ou critérios de dimensionamento ou localização geográfica, numa perspectiva integrada de desenvolvimento da modalidade. Ressalvam-se os esforços: da DGD/INDESP através do seu técnico Arq. Pedro de Almeida, que produziu dois trabalhos importantes de síntese regulamentar em 1976 e em 1986, que infelizmente pouco serviram na prática, dada a falta de sensibilidade dos promotores e projectistas, pouca divulgação, utilização muito reduzida e posterior desactualização; e as fichas produzidas pelo IND, insuficientes e com erros, polémicas nas opções estratégicas e rapidamente desactualizadas.

São bons exemplos da falta de sensibilidade evidenciada pelo Estado para lidar com estas questões:

o estado das instalações para o atletismo existentes no Estádio Nacional e, em parte, inseridas num pretenso Centro de Alto Rendimento (?);

o adiamento sucessivo de tomada de decisão relativamente ao Pavilhão para a pista coberta em Lisboa, guardada há quase 5 anos em armazéns da CML;

a eliminação das pistas sintéticas do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal por motivo da construção dos novos estádios para o Campeonato da Europa de Futebol de 2004, sem sequer promover a construção de uma pista municipal.

A capacidade revelada pela administração pública para as questões anteriormente analisadas e, em especial, para o rigor na adopção das exigências projectuais e construtivas da IAAF e sua fiscalização é, ainda hoje, e apesar do esforço da FPA nos últimos anos, praticamente nula.

Neste contexto, a qualidade das instalações construídas, quando analisadas ao pormenor é, em termos médios, muito insuficiente, colocando grandes problemas na fase de homologação. Muitas das instalações vistoriadas desde o ano 2000 ficaram em situação de “aguardando correcções”, as quais, salvo algumas situações muito recentes, jamais foram feitas. Mesmo nos casos em que acaba por ser atribuído o diploma de homologação, muitas vezes as tolerâncias regulamentares são ultrapassadas de forma sistemática, embora ligeira, mandando o bom senso que, dentro de limites razoáveis, não se impeça a sua utilização para competição, no caso de não existirem alternativas no distrito.

Outro dos problemas mais tendentes a agudizar-se no curto prazo prende-se com a **degradação** progressiva das instalações mais antigas, bem como do seu apetrechamento, sem que exista sensibilidade das entidades proprietárias para a sua manutenção e recuperação.

Por último, é de assinalar a pouca atenção que é dada às questões relacionadas com a **segurança** de atletas, juízes e público nas provas de lançamentos longos, com

destaque para as gaiolas do martelo que, duma maneira geral, não cumprem as exigências regulamentares da IAAF, tanto na sua estrutura, como no uso que delas é feito, podendo a todo o momento acontecer acidentes fatais.

A resolução dos problemas apontados só será possível com uma **transformação das mentalidades** e com a adopção, progressiva mas rápida, de uma **cultura de rigor e de planeamento estratégico** por parte das autoridades responsáveis do Estado, mas também dos diversos agentes promotores e utilizadores das instalações. A título transitório, defendo a adjudicação dos novos projectos unicamente a empresas especializadas na construção de pistas, em regime de concepção/construção. Compete à Federação Portuguesa de Atletismo a todos sensibilizar e pressionar, dentro e fora da sua estrutura, mas a melhoria da situação só será possível com a **colaboração indispensável do Instituto do Desporto e do Quadro Comunitário de Apoio III**. A cooperação entre o IDP o QCA e a FPA nesta área, até agora quase inexistente, é condição primeira para tal.

8 - Propostas

A nossa proposta genérica, no âmbito do Congresso do Desporto, insiste na absoluta necessidade, a formalizar em legislação ou regulamentação, da obrigatoriedade de consulta às Federações Desportivas, por parte dos órgãos da Administração Pública Nacional, Regional ou Local, relativamente aos projectos e aprovação das instalações desportivas, com carácter vinculativo no que respeita às destinadas a competições oficiais.

No que se refere ao **Atletismo**, é fundamental a definição de **um novo enquadramento estratégico**, com as seguintes **linhas de orientação**:

- 1) Dar prioridade às instalações cuja **tipologia** corresponda às **necessidades reais** da população local, numa perspectiva de desenvolvimento do **atletismo total**;
- 2) Dar prioridade às **pistas simplificadas**, localizadas na proximidade das escolas públicas ou, se possível, no seu interior e/ou **integradas nas zonas verdes** centrais, nos **parques públicos e de lazer**;
- 3) Articular com o **Desporto Escolar** a inclusão nos polidesportivos escolares de infra-estruturas adequadas à iniciação nesta modalidade;
- 4) Dar prioridade aos **distritos com menos instalações**, e às **localidades com mais habitantes**;
- 5) Promover a construção de pistas de 400m e áreas de lançamentos **fora dos estádios** de futebol e rãguebi, dada a incompatibilidade dos lançamentos com a relva sintética;

- 6) Exigir a integração do **apetrechamento** das instalações nos **cadernos de encargos**;
- 7) Exigir a definição obrigatória do indispensável **enquadramento técnico** para um uso efectivo das instalações;
- 8) Exigir o cumprimento das **normas técnicas de segurança** previstas na regulamentação do atletismo, bem como na acessibilidade às instalações, a qual deve ser condicionada à existência e permanência de enquadramento técnico qualificado;
- 9) Responsabilizar os **projectistas** pelos erros de projecto e exigir **fiscalização qualificada** às obras financiadas pelo Estado.

Medidas urgentes:

- 1) **Recuperar o Estádio Nacional** enquanto principal instalação do país, tanto para a realização das principais competições internacionais como para a efectivação de um verdadeiro **Centro de Alto Rendimento**; dotar o EN de todas as características exigidas para uma homologação de **nível I** da IAAF, a qual tem sido inviabilizada;
- 2) Projectar e construir urgentemente um **pavilhão em Lisboa** para receber a **pista coberta**;
- 3) **Parar** imediatamente com a **aprovação e financiamento de pistas de atletismo** com **relvado sintético** no seu interior; para o atletismo bastam ervados, com sistemas de rega simples.

Bibliografia principal:

Almeida, Pedro (Arq.) – **Pistas de Atletismo**, 62 pp, ed. DGD, 1986

Cabral Faria, A. (Eng.) – **Instalação Regulamentar para Atletismo**, 13 pp, ed. INDESP, 1996;

Cabral Faria, A. (Eng.) – **Estádios**, ed. IND, 1997/2002;

Cabral Faria, A. (Eng.) – **Atletismo**, IND A.88-1 a A.88-4, A.89-1 e A.89-2, A.91-01, A.97-01 e A5;

Cardoso, Carlos Paula (Prof. Dr.), – **História do Atletismo em Portugal**, 103 pp, ed. CTT, 2001;

Gabinete de Documentação e Informação do C.E.F.D., - **Política Nacional de Desenvolvimento Desportivo, Desporto Século XXI**, 150pp, ed. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto, Junho de 1998;

Gomes da Silva, Vítor - **Os melhores resultados de sempre do Atletismo Português**, masc., 583 pp. e fem., 423 pp, ed. FPA, 1996;

Raposo, Pedro (Prof.) – **As Instalações Desportivas Artificiais no Desenvolvimento do Atletismo em Portugal**, 201 pp., ed. Faculdade de Motricidade Humana da UTL, 2002.

Luís Leite nasceu em Lisboa, em 1956.

Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1981).

Pós-graduado em Planeamento Urbanístico (ESBAL) em 1984.

Antigo atleta internacional no salto em altura (2,05m em 1977), foi recordista nacional de pista coberta.

É actualmente Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo e responsável pela Preparação Olímpica, Alta Competição e Selecções Nacionais.

É igualmente responsável, na FPA, pela homologação das instalações para competição e pelo apoio técnico prestado aos promotores de instalações para o atletismo.

É membro efectivo da IAAF (Associação Internacional de Estatísticos de Atletismo) e autor da Tabela Portuguesa de Pontuação, sucedânea da Tabela Fernando Amado.